



BENS IMATERIAIS REGISTRADOS EM MATO GROSSO DO SUL

CERÂMICA TERENA – MS



Decreto nº 12.847 de 16 de novembro de 2009.

Publicado em D.O. nº 7584 de 17 de novembro de 2009.

O processo de fabricação da cerâmica envolve aspectos culturais de extraordinário valor, representando uma fonte de afirmação da identidade terena e um testemunho vivo de sua cultura. A cerâmica simboliza o resultado de um processo histórico que confere a este povo os elementos necessários para que se reconheçam através de um conjunto de bens portadores de significados essenciais a sua própria sobrevivência. É uma forma de autoafirmação, representando uma parcela da sua memória, além de traduzir uma maneira diferenciada de ser e viver em comunidade. Patrimônio Cultural Imaterial pertencente a uma etnia de significativo valor para a identidade sul-mato-grossense possui iconografia com característica própria, já que a pintura é feita somente após a queima das peças. Utilizando argila branca para os detalhes, resulta em grafismos variados, tais como os florais, pontilhados ou espirais, resultando numa grande variedade iconográfica da cultura terena. Sua preservação representa a continuidade de uma das manifestações mais expressivas da cultura indígena em nosso Estado.

O registro do processo que envolve o seu **modo de fazer** da cerâmica terena está inscrito no “**LIVRO DE REGISTRO DOS SABERES**”.



BANHO DE SÃO JOÃO DE CORUMBÁ - MS



Decreto nº 12.923 de 21 de junho de 2010.

Publicado em D.O. nº 7628 de 22 de janeiro de 2010.

Com data da festa em 23 de junho, o Banho de São João de Corumbá/Ladário – MS afirma e constrói a identidade cultural de dois municípios e a imagem de seu povo, contribui para a construção e consolidação de uma identidade e uma imagem regional do Pantanal Sul-Mato-Grossense. A celebração se dá com o santo levado no andor feito pelos festeiros, em que sua imagem é levada até o Rio Paraguai, tendo a ladeira Cunha e Cruz como percurso de acesso ao rio, sendo ali banhado, em alusão ao batismo de Jesus feito por João Batista. A festa marca a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social da região, além de outros aspectos, articulando dimensões estruturantes da vida social naquilo que se refere à experiência histórica, à memória e à identidade de parcela significativa de grupos formadores da sociedade brasileira. Por isso celebra-se a presença de João católico e de xangô na festividade, já que a região tem diversas influências na sua colonização, revelando a mistura do cristianismo e catolicismo com as religiões de matizes negras africanas, como o umbandismo e o candomblé. O Banho de São João foi inscrito no Livro das Celebrações, nos termos do inciso II do art. 16 da Lei estadual/MS nº 3.522, de 2008, e em maio de 2021 teve seu reconhecimento como patrimônio imaterial nacional pelo IPHAN no livro de Registro das Celebrações.



O TERERÉ DE PONTA PORÃ - MS



Decreto nº 13.140 de 31 de março de 2011.

Publicado em D.O. nº 7920 de 01 de abril de 2011.

Processo nº 09/600831/2008

Bebida tradicionalmente compartilhada em uma roda de amigos ou familiares, o tereré é servido com água fria embebendo a erva previamente desidratada e moída de forma grossa juntamente com as partes de seus galhos. Reconhecer o tereré como patrimônio cultural imaterial do Estado de Mato Grosso do Sul torna-se extremamente necessário quando levamos em consideração dois quesitos: a bebida como prática cultural no Estado e a importância do ciclo da erva-mate no desenvolvimento da região. Herança cultural dos povos Guarani, a erva é utilizada no calor do Pantanal e demais regiões, onde é bebida regularmente. O registro do tereré é o reconhecimento desse hábito cultivado por uma significativa parcela dos cidadãos sul-mato-grossenses como parte integrante de nossa identidade cultural.

Em dezembro de 2020 a UNESCO declara o tereré patrimônio imaterial da humanidade.

O bem imaterial, o *Tereré de Ponta Porã*, foi registrado no **Livro de Registro dos Saberes**, nos termos do inciso I do art. 16 da Lei nº 3.522, de 2008.



MODO DE FAZER VIOLA DE COCHO



Processo nº 1450.01090/2003-03 de 14/01/2005.

Registrada em 13 de abril de 2004. Processo nº 39/100.318/03.

A Viola de Cocho é um instrumento musical produzido exclusivamente de forma artesanal com a utilização de materiais existentes na Região Centro-Oeste do Brasil. Sua produção é realizada por mestres cururueiros tanto para uso próprio como para atender à demanda do mercado local, constituída pelos outros cururueiros e mestres da dança do siriri. Manifestações folclóricas típicas da cultura no centro-sul do país, sendo um dos signos tanto de identidade pantaneira, quanto da identidade nacional, caracteriza-se pela singularidade sonora, expressão estética e valor decorativo.

O Modo de Fazer a Viola de Cocho - que é encontrado nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul - foi registrado pelo Estado no **Livro de Registro dos Saberes**, em 2003. Esse nome foi escolhido porque a técnica de escavação da caixa de ressonância da viola em uma tora de madeira inteiriça é a mesma utilizada na fabricação de cochos, os recipientes onde é depositado o alimento para o gado.



O CHAMAMÉ - MS



D.O. nº 9.466 de 07 de agosto de 2017.

Processo nº 69/100.083/2017.

Ainda que sua origem esteja associada a dois países da América Latina, Paraguai e Argentina, o gênero musical derivou da polca paraguaia e representa uma identidade cultural ligada à alma guarani, sendo encontrado no Mato Grosso do Sul devido a sua localização geográfica e intenso intercâmbio cultural com o país vizinho, Paraguai. A forte influência que os paraguaios exercem no Estado foi trazida através de suas heranças culturais como o idioma, as festas, crenças, mitos, culinárias, hábitos e a música, estando enraizada nas tradições da cultura do Estado e traduz a identidade sul-mato-grossense.

Em dezembro de 2020 a UNESCO declara o chamamé patrimônio imaterial da humanidade.

O registro do CHAMAMÉ está inscrito no “**LIVRO DE REGISTRO DAS FORMAS DE EXPRESSÃO**”.



OFÍCIO DOS MESTRES DA CAPOEIRA E RODA DE CAPOEIRA



Processo nº 01450.002863/2006-80 de 15/07/2008.

A capoeira é uma manifestação cultural presente em todo o território brasileiro e em mais de 150 países, com variações regionais e locais criadas a partir de suas modalidades mais conhecidas: as chamadas capoeira angola e capoeira regional. O reconhecimento da Capoeira como patrimônio demarca a conscientização sobre o valor da herança cultural africana. Herança esta que, no passado, foi reprimida e discriminada. A Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira é um elemento estruturante de uma manifestação cultural, espaço e tempo, onde se expressam simultaneamente o canto, o toque dos instrumentos, a dança, os golpes, o jogo, a brincadeira, os símbolos e rituais de herança africana - notadamente banto - recriados no Brasil.

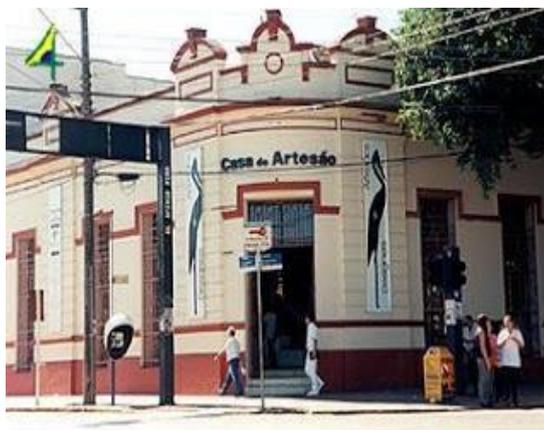
Em 2008 é inscrito no Livro dos Saberes como patrimônio cultural do Brasil o ofício dos mestres de capoeira, já a roda de capoeira é inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão pelo IPHAN.

Em 2014 a roda de capoeira é reconhecido como patrimônio cultural imaterial da humanidade pela UNESCO.



BENS MATERIAIS TOMBADOS EM MATO GROSSO DO SUL

CASA DO ARTESÃO – CAMPO GRANDE/MS



Decreto n° 7.863 de 13 de julho de 1994.

Publicado em D.O n° 3830 de 14 de julho de 1994.

Situada em um prédio histórico e centenário que marca o crescimento da nossa Capital, a Casa do Artesão de Campo Grande é um espaço singular de comercialização do rico e diverso artesanato de Mato Grosso do Sul. Sua sede foi construída entre 1918 e 1923 sob as ordens de Francisco Cetraro e Pasquele Cândida, com projeto do engenheiro Camilo Boni. A construção se apresenta sem recuos, com fachada no alinhamento, conforme padrões de ocupação urbana da época, flanqueada por construções também na testada do terreno. O corpo principal do prédio é em forma de L, possui estilo notadamente eclético, como a estética vigente da época. Foi a primeira sede do Banco do Brasil (cujo cofre é uma das atrações do local), comércio e autarquia pública. Está situado na Av. Calógeras n°2050, esquina com a Av. Afonso Pena, no centro da capital.

A edificação está inscrita no **Livro do Tombo das Belas Artes**.



QUARTEL GENERAL DA 9ª RM – CAMPO GRANDE/MS



Lei nº 1.526 de 26 de julho de 1994.

Publicado em D.O nº 3839 de 27 de julho de 1994.

O prédio tombado como Patrimônio Histórico foi inaugurado em 1922 como Quartel General da 9ª RM. Localizado na Afonso Pena entre as ruas 13 de Maio e Rui Barbosa, foi projetado pelos engenheiros e arquitetos da Companhia Construtora de Santos: um edifício com dois pavimentos, que passou a ser a primeira obra de engenharia e arquitetura da cidade em dois andares. Construído em um terreno desapropriado pela prefeitura, era uma área de propriedade particular onde havia uma escola em madeira. No dia da inauguração, em 9 de setembro de 1922, estavam presentes, além de inúmeras autoridades locais, o Ministro da Guerra Pandiá Calógeras e o diretor de engenharia Cândido Rondon. A edificação foi totalmente restaurada e reinaugurada em 2018 e está sob administração do SESC, que o transformou em Centro Cultural, renomeando-o *SESC Cultura*, unidade *Melo e Cáceres*.

A edificação está inscrita no **Livro do Tombo Histórico**.



COMPLEXO FERROVIÁRIO DA REDE NOROESTE DO BRASIL E SÍTIOS HISTÓRICOS (DE TRÊS LAGOAS A CORUMBÁ)



Lei nº 1.735 de 26 de março de 1997.

Publicado em D.O nº 4.496 de 1º de abril de 1997.

A Rede Noroeste do Brasil S/A foi construída com objetivo de ligar as regiões centrais do Brasil com o litoral, especificamente com o Porto de Santos. Em 1905 iniciou-se a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), partindo de Bauru - SP, interligando os estados brasileiros de São Paulo e Mato Grosso do Sul passando por Campo Grande - MS, em direção ao Sudeste da Bolívia e Norte do Paraguai. Durante o período de operacionalização, a Ferrovia modificou o aspecto socioeconômico desta região, antes isolada e com extrema necessidade de vias de comunicação e transporte, contribuindo para o desenvolvimento de novos agrupamentos urbanos, expansão da agricultura e, principalmente, a pecuária que atraiu capitais estrangeiros para a região. Inaugurada em 31 de dezembro de 1912 no município de Três Lagoas, a malha ferroviária da Noroeste do Brasil foi concluída em 1952 ao chegar a Corumbá-Porto Esperança. De Jupiá a Corumbá são 640 km e ao todo 1100 imóveis não operacionais e 75 estações no Estado. Segundo a AFPED, são cerca de 6.000 ferroviários em Mato Grosso do Sul.

Tombada em 26 de março de 1997, através da LEI Nº 1.735 e publicada no **Diário Oficial nº 4.496 em de 1º de abril de 1997** o Complexo Ferroviário da



Rede Noroeste e seus respectivos sítios históricos estão inscritos no **Livro do Tombo Histórico e Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico**.

ESCOLA ESTADUAL MARIA CONSTANÇA DE BARROS MACHADO



Resolução SECE de 03 de julho de 1997.

Publicado em D.O. nº 4562 de 07 de julho de 1997.

Situada na Rua Marechal Cândido Mariano Rondon, nº 451 - Bairro Amambaí, foi inaugurada em 26 de agosto de 1954. Segundo o arquiteto Ângelo Marcos Arruda, é um “marco da arquitetura moderna em Campo Grande. O colégio estadual é a única obra projetada por Oscar Niemeyer na cidade. Originalmente a escola foi projetada para ser construída na cidade de Corumbá, mas por determinação do governador Fernando Correa da Costa, a obra foi edificada em Campo Grande simultaneamente. O lote onde o edifício foi implantado é um quarteirão de 12.000 m² de formato retangular. Enquanto que o terreno em Corumbá era plano, o de Campo Grande possuía uma inclinação em torno de 4 metros, tirado do ponto mais alto, na Rua Perseverança até seu ponto mais baixo, na entrada principal pela Rua Cândido Mariano Rondon. Tal situação altimétrica contribuiu para uma implantação usando platôs de construção para cada um dos blocos que compõem o edifício educacional. O projeto de Niemeyer optou por uma composição



multivolumétrica, com diversas partes que, unidas por elementos de arquitetura – passarelas cobertas, circulações, pisos – formam um todo arquitetônico”. O renomado arquiteto buscou inspiração nas formas de objetos escolares, tais como borracha, livro, giz e régua para a concepção do projeto. Possui o nome da educadora Maria Constança de Barros Machado, pioneira na educação sul-mato-grossense. Está inscrita no **Livro do Tombo Histórico**.

ACERVO DE ARTES PLÁSTICAS “LYDIA BAÍS”



Resolução SECE de 30 de dezembro de 1998.

Publicado em D.O n° 4929 de 04 de janeiro de 1999.

Lydia Baís nasceu em Campo Grande em 22/04/1900, filha do comerciante Bernardo Franco Baís, um dos primeiros italianos que aqui chegou. Na década de 1920 iniciou seus estudos no Rio de Janeiro. Em 1925 partiu junto com a família em viagem pela Europa e teve contato com artistas de renome, o que repercutiu significativamente em sua vida artística. De volta ao Brasil, em 1928, retoma seus estudos sob orientação de Henrique Bernardelli. Em 1950, funda o Museu Baís em Campo Grande, que não chega a ser aberto ao público, e ingressa na Ordem Terceira de São Francisco de Assis, adotando o nome de Irmã Trindade. A partir daí, passa a dedicar-se exclusivamente aos estudos religiosos e filosóficos. Publicou o livro História de T. Lídia Baís, com o pseudônimo de Maria Tereza Trindade. Suas obras encontram-se no Museu de Arte Contemporânea de Campo Grande – são cerca de 110 trabalhos entre



pinturas, desenhos e fotografias – e parte do acervo está cedido ao SESC Morada dos Baís, fazendo parte da sala de memória da família que dá nome ao prédio. Na primeira metade dos anos 2000 algumas de suas obras sofreram restauro por especialistas.

Está inscrito no **Livro do Tombo das Belas Artes**.

IGREJA NOSSA SENHORA DO CARMO – MIRANDA/MS



Processo nº 39/100.310/2006. Tombado em 28 de abril de 2017.

D.O. nº 9.419 de 30 de maio de 2017.

Localizada na Praça Agenor Carrilho, nº 246 – Centro, a igreja está entre as edificações de maior expressão quanto à riqueza histórica e arquitetônica de Mato Grosso do Sul. Projeto iniciado em 1931, tem como estilo arquitetônico a influência eclética, construída em dois pavimentos com fundação de pedra e concreto natural, paredes em alvenaria de tijolos maciços e revestidas com argamassa. Um dos elementos que se destacam é a torre sineira, única construída no centro do edifício, uma singularidade. Destaca-se o coroamento



do edifício com balaustradas e cimalkas de inspiração clássica, as esquadrias em madeira foram projetadas com bandeiras envidraçadas sendo que as das extremidades remetem ao neogótico, configurações estas muito significativas devido à época da construção. O conjunto edificado remete-nos ao poder econômico e influência religiosa que a Igreja Católica possuía na região, pois vê-se claramente através do requinte da construção. Em 2015 se inicia o restauro da igreja e em 2017 é inscrito no **Livro do Tombo Histórico** após a conclusão do mesmo.

IGREJA SÃO BENEDITO “TIA EVA”



Resolução SECE de 07 de maio de 1998

Publicado em D.O. nº 4921 de 18 de dezembro de 1998.

Localizada na Rua Dom Cirilo, s/n, em Campo Grande/MS e também chamada de Igrejinha, foi edificada em 1919 como pagamento de uma promessa a São Benedito, feita por Eva Maria de Jesus, popularmente conhecida como Tia Eva. Escrava alforriada do interior de Goiás veio para os Campos de Vacaria, Vila de Campo Grande (atual Campo Grande), com sua família. Era benzedeira, curandeira, parteira e doceira de mão cheia. Foi uma líder religiosa de sua própria comunidade e é considerada uma das fundadoras de Campo Grande/MS. Passou a ser muito conhecida e arrebatou diversos fiéis ao santo de devoção. Em homenagem ao santo é realizada anualmente, desde a



fundação da igreja, a festa de São Benedito, um período marcado por orações e festividades. Foi tombada como patrimônio pelo município de Campo Grande em 1996 e posteriormente pelo Estado através de uma resolução da SECE em 07 de maio de 1998, a Igreja São Benedito representa um marco no processo de autoafirmação do negro dentro da história campo-grandense tornando-se um símbolo de devoção e luta. Está inscrita no **Livro do Tombo Histórico**.

4º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR – CASTELINHO



Decreto nº 12.521 de 13 de março de 2008.

Publicado em D.O nº 7191 de 10 de abril de 2008.

Localizado na Rua Pedro Celestino, nº 367 – Ponta Porã/MS, o prédio construído entre as décadas de 1920 e 1930, com recursos federais e contribuições da Companhia Matte Laranjeira, apresenta características que remetem a uma fortificação com proposições simétricas e de inspiração neoclássica. Sua construção durou quatro anos, de 1926 a 1930, sendo a base governamental na fronteira, erguido próximo à antiga estação ferroviária Noroeste do Brasil. Em 1940 passou a abrigar a cadeia pública e a 4ª Companhia Independente da Polícia Militar. Entre 1943 e 1946 foi sede do governo do território, durante o governo Vargas. O mesmo criou o Território Federal de Ponta Porã, formado por Ponta Porã (capital), Porto Murtinho, Bela



Vista, Dourados, Miranda, Nioaque e Maracaju, dada a importância da posição estratégica e necessidade primaz de salvaguarda da região. O Território sem dúvida alavancou os investimentos e crescimentos na comarca. No final da década de 1990, com a transferência da corporação a novo prédio, o Castelinho ficou sem função. Em 2016 ficou decidido em audiência pública uma nova destinação ao prédio, que será restaurado para abrigar museu que contará a história da região, dando assim tenaz importância histórico-social a tal monumento. Está inscrito no **Livro do Tombo Histórico**.

INSTITUTO LUIZ DE ALBUQUERQUE



Resolução da SEMACT Nº 8 de 07 de agosto de 2002

Publicado em D.O nº 5812 de 9 de agosto de 2002.

Localizado na Praça da República nº 2-160 – Centro, foi construído entre 1918 e 1922, para abrigar a sede de um grupo escolar. O Instituto Luiz de Albuquerque é um dos mais belos exemplares arquitetônicos do estado. O Estilo eclético com inspiração no neoclassicismo confere monumentalidade ao edifício, tornando-o distinto no cenário corumbaense e contrastando com a arquitetura colonial predominante na cidade. Pertence ao ILA um importante acervo histórico, com uma das maiores bibliotecas do estado, doado pelo



pecuarista e escritor Dr. Gabriel Vandoni de Barros. Além da biblioteca, conta com uma coleção de animais empalhados, acervo de várias tribos indígenas da região – como a kadiwéu, terena e bororo –, artes visuais, artesanato, peças arqueológicas e objetos pessoais dos primeiros desbravadores do Pantanal. Em 07 de agosto de 2002 foi tombado pelo Estado através de uma resolução da Secretaria de Meio Ambiente, Cultura e Turismo - SEMACT. Administrado pelo Município de Corumbá através de um termo de Cessão de Uso. Em 2020 foi aprovado o plano de restauração do prédio por meio do PAC – Programa Cidades Históricas, tendo como responsável por sua execução a prefeitura municipal de Corumbá. Está inscrito no **Livro do Tombo Histórico**.

CATEDRAL NOSSA SENHORA DA CANDELÁRIA – CORUMBÁ/MS



Processo nº 69/100.082/2017. Tombado em 02 de agosto de 2017.

D.O. nº 9.466 de 07 de agosto de 2017.



Localizado na Praça da República nº 2-160 – Centro, a Igreja está entre as edificações de maior expressão quanto à riqueza histórica e arquitetônica de Mato Grosso do Sul. O prédio, com elementos da arquitetura eclética, cuja pedra fundamental foi lançada em 1872 pelo pregador imperial e Vigário da Vara Frei Mariano de Bagnaia, sendo inaugurada em 1877. Na igreja está alojada a padroeira do município (Nossa Senhora da Candelária) e em sua construção encontramos um brasão da Coroa Portuguesa que se destaca em seu altar, o que indica elementos europeus no bem. Cercada de história que, reais ou não, alimentam o imaginário da população, criando vínculos memorialísticos e culturais, a igreja está inserida numa região próxima de outros prédios e monumentos que já tiveram seu valor histórico reconhecido. A Matriz recebeu investimento pelo PAC - cidades históricas com contrapartida da administração municipal e do governo do estado para execução de restauro do prédio. Está inscrita no **Livro do Tombo Histórico**.

LOJA MAÇÔNICA ORIENTE MARACAJU



Lei nº 3.406 de 30 de julho de 2007

Publicado em D.O nº 7020 de 31 de julho de 2007.

Localizada na Av. Calógeras, nº 1952 – Centro, em Campo Grande, foi idealizada por Eduardo Santos Pereira e construída entre 1923 e 1924, por Camilo Boni, engenheiro italiano responsável direto pela obra. Edificação térrea, com fundação e paredes em alvenaria autônoma, aberturas com



quadros e vedos de metal e vidro e cobertura com telhas de fibrocimento. Possui elementos da arquitetura eclética como bossagem maneirista de formas geométricas e semiólicas, coroamento com arquitrave, friso com epígrafe "Liberdade-Igualdade-Fraternidade", cornija e muro ático com frontão retangular e bossagens geométricas. Está inscrito no **Livro do Tombo Histórico**.

USINA ASSUCAREIRA SANTO ANTONIO



Decreto nº 12.391 de 13 de agosto de 2007.

Publicado em D.O. nº 7030 de 14 de agosto de 2007.

Construída por imigrantes italianos e fundada em 21 de julho de 1929, o edifício, localizado no município de Miranda, é de tipologia simplificada e devido ao uso configura um grande galpão retangular com pé-direito triplo, paredes em alvenaria de tijolos maciços, estrutura metálica de cobertura que é utilizada também na sustentação do prédio. Apresenta arquitetura com inspiração eclética e influência do *Art Déco* e possui riqueza histórica e arquitetônica. Produtora de açúcar e álcool, a usina foi uma grande geradora de emprego no período. O prédio retrata o histórico poder econômico de Miranda e do período de grande desenvolvimento socioeconômico e cultural do estado. Está inscrita no **Livro do Tombo Histórico**.



BENS IMATERIAIS EM PROCESSO DE REGISTRO

FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM SANTA TEREZA – FIGUEIRÃO/MS



Processo n° 59/100.089/2017. Abertura de Processo de Registro, enquanto Patrimônio Imaterial no Livro das Celebrações.

Diário Oficial n°9.376, 24 de março de 2017.

No Livro das Celebrações do Patrimônio Imaterial, a Festa do Divino do Espírito Santo de Santa Tereza, no município de Figueirão-MS, relata uma manifestação cultural, religiosa, popular e oral, pois são memórias transmitidas ao longo do tempo, permeado pela vida rural e simples do cotidiano daquelas pessoas. A festa acontece na Faz. Santa Tereza, da família Malaquias, região da Pontinha do Cocho, em Figueirão. Seu Domingos Malaquias, filho de Joaquim Malaquias da Silva, conta que tudo começou quando a segunda mulher de seu pai, dona Maria Francelina de Jesus fez uma promessa por causa de uma epidemia de Febre Amarela. *Seu* Domingos, ainda hoje, é responsável por comandar o evento na comunidade, pagando a promessa todos os anos. Em 2019 comemorou-se 110 anos de atuação da comunidade em Santa Tereza.

FESTA DA NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES – BATAGUASSU/MS – NOVA PORTO XV



Processo n° 59/100.088/2017. Abertura de Processo de Registro, enquanto Patrimônio Imaterial no Livro das Celebrações.



Diário Oficial n°9.376, 24 de março de 2017.

Observando a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, em Bataguassu, que desde meados do século XX faz-se presente nas águas do Rio Paraná, a partir de uma promessa pelo regresso de um combatente da Segunda Guerra Mundial, uniu a religiosidade com as características geográficas de um distrito que se viu obrigado a deslocar de seu local de origem, a 12 Km da margem antiga, por conta da construção de uma hidrelétrica e a consequente formação do reservatório de Porto Primavera, inundando o Distrito XV de Novembro. Desde 1948 a festa de Nossa Senhora dos navegantes tem reunido sua comunidade que a mantém viva apesar de seu território ter sido modificado de forma compulsória, e ainda que tenha perdido forças e grandiosidade devido a inúmeros fatores, é salutar que o distrito de Nova Porto XV tenha o reconhecimento de sua festa enquanto patrimônio cultural imaterial do estado de Mato Grosso do Sul, tendo com isso um papel fundamental para a preservação e salvaguarda de uma das mais importantes e representativas celebrações religiosas da região.

BENS MATERIAIS EM PROCESSO DE TOMBAMENTO



CINE SÃO JOSÉ – BELA VISTA/MS

Processo n° 39/100.198/2006. Resolução SEC/MS n° 001/06 de 18 de abril de 2006 e publicada em Diário Oficial n° 6711 de 19 de abril de 2006.

Situado na Rua Antônio Maria Coelho, n° 490 - Centro, tipologicamente a identificação do edifício sofreu influência *Art Decó*, edificada em 1939, erguida com a função de cinema que se mantém até hoje. Sua configuração construtiva é simples, edifício de pavimento único e dimensões pequenas. Das edificações



de relevância histórica para o município, destaca-se o Cine São José, construído pelo engenheiro português Luiz Lousinha, sob as ordens de Gotte Lippe Nunes. Foi inaugurado em 05 de outubro de 1941, com a exibição do filme *Os miseráveis* – baseado na obra de Victor Hugo – e fechado nos anos 1970, funcionando atualmente como salão de eventos do município.



“PREFEITURA VELHA” – ANTIGA PREFEITURA MUNICIPAL EM PORTO MURTINHO/MS

Processo n. 39/100.070/2003. Edital da SEC/MS de 14 de fevereiro de 2003 e publicado em Diário Oficial nº 5947, 26 de fevereiro de 2003.

Segundo a página oficial da Prefeitura de Porto Murtinho, “O EDIFÍCIO JORGE ABRÃO, antigamente denominado Prefeitura Cuê - que tem o significado de Prefeitura Velha - foi construído entre 1920 e 1922, pelo uruguaio José Grosso Ledesma, para ser a Prefeitura do município. Em 2005, após revitalização, voltou a abrigar o Paço Municipal. O edifício retrata o poder econômico da época no município, período de grande desenvolvimento econômico e cultural para o Estado. Na década de 1980, o prédio quase foi destruído por conta das obras do dique que circunda a cidade. A edificação é isolada em dois pavimentos, simétrica, planta em U. fundação e alvenaria estrutural de tijolo maciço e concreto revestidos de argamassa, aberturas com quadros e vedos de madeira, telhas de barro e piso de madeira”.



“PADARIA VELHA” – PORTO MURTINHO/MS

Processo nº 69/100.084/2017. Edital da SEC/MS de 14 de fevereiro de 2003 e



publicado em Diário Oficial n° 5947, 26 de fevereiro de 2003.

De acordo com o *site* Porto Murtinho Notícias É um dos cartões postais históricos da cidade. Foi construído entre 1927 e 1928 para abrigar a padaria e o moinho de trigo, e por isso o Museu Dom Jaime Aníbal Barrera é conhecido popularmente como *Padaria Velha*. O museu fica na Rua Dr. Costa Marques, S/N, ao lado do quartel da Polícia Militar Ambiental. Restaurado em 2004, durante o Governo Zeca do PT (José Orcírio Miranda dos Santos), natural de Porto Murtinho, o Museu Dom Jaime Aníbal Barrera abriga o maior acervo histórico e cultural do município.



ESCOLA ESTADUAL DR° JOÃO LEITE DE BARROS - CORUMBÁ/MS

Processo n. 39/100.689/2003.

Edifício localizado na Rua Cabral, 761, centro de Corumbá – MS, projetado pelo Arquiteto Oscar Niemeyer provavelmente no final da década de 40, teve sua construção iniciada em 04 de novembro de 1952, pela Construtora Comércio Ltda, tendo como responsáveis técnicos os engenheiros Hélio Baís Martins e José Garcia Netto, com inauguração em 21 de setembro de 1954. O então governador de Mato Grosso, Fernando Corrêa da Costa, através do seu Secretário de Educação, solicita ao arquiteto a doação de um projeto arquitetônico para abrigar uma escola, a princípio, na cidade de Corumbá, mas por determinação do governador, foi edificada também em Campo Grande, transformando-se na única obra do arquiteto construída em duplicidade. Princípio compositivo do Edifício: baseado na composição aditiva, que são agrupamentos de volumes claramente definidos e individualizados, gerando um



partido decomposto. A escolha por esse tipo de composição se explica quando o arquiteto tenta, através dela, integrar o seu edifício com o seu entorno e manifestar através de sua volumetria os diversos componentes do seu programa de necessidades.